

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 25, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Saúde Pública, Câmpus de Palmas, aprovada sua criação pela Resolução Consepe nº 08/2016.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 21 de agosto de 2019, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Referendar a aprovação da atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Saúde Pública, Câmpus de Palmas, criação aprovada pela Resolução Consepe nº 08/2016, conforme Projeto anexo a esta Resolução.

Parágrafo único. A aprovação mencionada no *caput* deste artigo ocorreu por meio da Certidão *Ad Referendum* nº 013/2019 – Consepe, de 03 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM SAÚDE
PÚBLICA, CÂMPUS DE PALMAS, ATUALIZAÇÃO 2019.**

Anexo da Resolução nº 25/2019 – Consepe
Referendada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 21 de agosto de 2019.

**PALMAS, TO
2019**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 25/2019 – CONSEPE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM SAÚDE
PÚBLICA, CÂMPUS DE PALMAS, ATUALIZAÇÃO 2019.**

**PALMAS, TO
2019**

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO:

1.1. Nome do Curso: Especialização *Lato Sensu* em Saúde Pública

1.2. Unidade Acadêmica: Núcleo de Estudos da Saúde do Tocantins – NEST/UFT

1.3. Grande Área e Área do Conhecimento:

1.4. Coordenadora: Profa. Dra. Renata Junqueira Pereira (Matrícula SIAPE:1786778)

Telefones e e-mail: (63) 984361106 / renatajunqueira@uft.edu.br

1.5. Sub-Coordenadora: Profa. Msc. Eryka Nadja Marques Rufino (Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde – ETSUS) - (63) 99988-1618 / nadjaeryka@hotmail.com

2. OBJETIVOS DO CURSO

- Formar trabalhadores do SUS comprometidos com a transformação permanente da realidade de saúde em uma perspectiva de educação interprofissional;
- Qualificar profissionais para atuarem no processo de regionalização e organização das redes de atenção à saúde, em consonância com os princípios e diretrizes do SUS, seguindo os preceitos da Educação e do Trabalho Interprofissional em Saúde.
- Desenvolver pensamento investigativo, crítico e reflexivo sobre a realidade política e social;
- Fortalecer a perspectiva do Estado no combate às desigualdades sociais;
- Aprofundar a compreensão dos valores e princípios constitutivos do Sistema Único de Saúde, sua organização e enfrentamento dos desafios na atualidade;
- Desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos no campo de Saúde Pública;
- Ampliar a possibilidade de análise e intervenção na realidade dos sistemas locais, regionais e nacional de saúde (perspectiva de promoção da saúde e prevenção de agravos);
- Atuar na implementação da política de saúde;
- Desenvolver competências de gestão e cogestão da política, ações de saúde e serviços de saúde e de saúde complementar;
- Fortalecer a capacidade de dar resposta às demandas e às necessidades do sistema de forma propositiva e oportuna;

- Agir com competência técnica, ética e política;
- Potencializar as práticas em Saúde Pública, na perspectiva da Educação Permanente em Saúde;
- Estimular o estudante/trabalhador a ser protagonista de estratégias para a gestão, educação e atenção em saúde.

3. METODOLOGIA

A proposta ancora-se na perspectiva da educação e do trabalho interprofissional em saúde. A Educação interprofissional em saúde é compreendida como “oportunidade educacional em que membros de duas ou mais profissões aprendem em conjunto, de forma articulada, com o propósito explícito de melhorar a colaboração e a qualidade da atenção à saúde” (REEVES, p. 189, 2016). O trabalho interprofissional é entendido como a integração de diferentes profissionais de saúde para oferta de serviços capazes de atender as complexas e dinâmicas necessidades de saúde integral e como uma resposta à histórica fragmentação dos atos em saúde.

A pós-graduação tem sido vista como um espaço importante de aprimoramento de profissionais nas ferramentas da pesquisa científica e o presente curso será baseado nas metodologias ativas de ensino-aprendizagem.

As metodologias ativas de aprendizagem ajustam-se ao profissional que se deseja formar, uma vez que incentivam a busca de informações, o trabalho em equipe e em pequenos grupos. Elas favorecem a análise crítica das fontes consultadas, desenvolvendo a habilidade de avaliação do estudante, quanto ao crescimento individual e do grupo e proporcionam o reconhecimento da importância das relações humanas na construção do conhecimento (FAMEMA, 2014).

Assim, a aprendizagem é compreendida como um meio para transformar-se e transformar a realidade. O estudante e o professor tornam-se sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, transformando suas práticas pedagógicas e profissionais.

A problematização tem sua base de sustentação no método dialético, em que a práxis dá a direcionalidade do movimento de aprendizagem, uma vez que a realidade é dinâmica, com fatos interligados, e produz contradições (FAMEMA, 2014).

A Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) foi o instrumento pedagógico escolhido por favorecer o desenvolvimento da capacidade de se construir ativamente o conhecimento, considerando os saberes prévios e os problemas de saúde-doença selecionados pelo estudante para estudo. A ABP organiza-se em pequenos grupos, a partir da formulação de questões de aprendizagem pelos estudantes, segundo suas necessidades identificadas (RAMOS,

2002). Objetiva definir os problemas, desenvolver hipóteses para explicá-los e explorar seus conhecimentos prévios relevantes ao assunto.

Os elementos chave da ABP são a formulação de questões que podem ser exploradas e respondidas por meio da investigação sistemática e autodirigida. São essenciais ao processo a discussão ativa e a análise dos problemas, das hipóteses, dos mecanismos e dos tópicos de aprendizagem, os quais capacitam os estudantes a adquirirem e aplicarem conhecimentos e, simultaneamente, a colocarem em prática as habilidades de comunicação individual e grupal, fundamentais para o ensino-aprendizagem (FAMEMA, 2014).

Esse novo processo de ensino-aprendizagem apresenta quatro etapas:

- Vivência da prática - configura-se no encontro entre o sujeito da aprendizagem e a realidade social. Caracteriza-se pela oportunidade de realizar tarefas e sistematizá-las, favorecendo uma reflexão sobre essa ação com o questionamento da prática social e profissional;

- Síntese provisória - reflexão da prática vivenciada - permite a elaboração de uma primeira síntese, a partir da problematização em que se reconhecem os conhecimentos prévios e as lacunas de conhecimento, formulando-se hipóteses e levantando-se questões de aprendizagem;

- Busca qualificada de informações que fundamentam a prática - realizada individualmente, destina-se à identificação de fontes primárias e/ou secundárias, requer pensamento reflexivo e tratamento científico, incluindo critérios e sistematização de acordo com as normas da ABNT.

- Nova síntese - reflexão da prática com a intenção de transformá-la. Esse movimento reflexivo da prática, ao ser sistematizado, mostra a construção dos atributos que, ao serem desenvolvidos, possibilitam uma intervenção transformadora (LALUNA; ROSA, 2005; FAMEMA, 2014).

4. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

4.1. Clientela Alvo: As vagas serão destinadas aos Servidores Públicos Efetivos, Municipais, Estaduais e Federais, com base na Portaria SESAU nº 635 publicada em 27 de agosto de 2012 e resolução CONSEPE 09/2010.

4.2. Carga Horária Total: 450 horas

4.3. Tipo de Ensino: (x) Presencial () Semi-Presencial () À Distância

4.4. Periodicidade da Oferta: Anual (x) Bianual () Semestral () Outra ()

4.5. Período de Realização: Maio de 2019 a Maio de 2020 - Nº de meses: 13

meses Turno: 03 (uma) semana por mês, em período integral.

4.6. Número de Vagas: Serão ofertadas 40 vagas, respeitando o sistema de cotas vigente na UFT e a Regionalização da Saúde, sendo: 03 (três) por Região de Saúde/Municípios, totalizando 24 (vinte e quatro) vagas; 04 (quatro) para servidores da UFT, correspondente aos 10% previstos na Resolução CONSEPE nº 09/2011; 10 (dez) para a SES, incluindo Hospitais e 02 (duas) para SEMUS- Palmas. As vagas ofertadas para a Região de Saúde Capim Dourado não contemplarão profissionais do Município de Palmas.

5. CONVÊNIO PARA OFERTA E/OU FINANCIAMENTO DO CURSO?

() Sim (X) Não

Identificação do Convênio:

Nº do processo na UFT:

Órgão proponente:

6. NECESSIDADE/IMPORTÂNCIA DO CURSO PARA A UFT, REGIÃO E ÁREA DO CONHECIMENTO.

O Sistema Único de Saúde (SUS), constituído pelo conjunto das ações e serviços de saúde, sob gestão pública, organiza-se em redes regionalizadas e hierarquizadas para atuação em todo território nacional, com direção única em cada esfera de governo.

O SUS não é uma estrutura isolada na promoção dos direitos básicos de cidadania, uma vez que insere-se no contexto das políticas públicas de seguridade social, que abrangem além da saúde, também a previdência e a assistência social.

A Constituição Federal de 1988 (Artigo 200), a Lei 8.080/90 e outras legislações atribuem ao SUS a responsabilidade constitucional de ordenar a formação de recursos humanos para a área de saúde e de incrementar na sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico.

Diante da importância de se fortalecer as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS bem como ampliar as discussões das práticas em saúde a partir da experiência e vivência do profissional, compreendendo este como um processo de educação permanente em saúde, visando a melhoria da qualidade da atenção à saúde prestada à população do Tocantins, a Universidade Federal do Tocantins, Secretarias Estadual e Municipal de Saúde do Tocantins e de Palmas junto à Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública propuseram o curso de Especialização em Saúde Pública.

Alguns pressupostos foram considerados para a elaboração desta proposta, tendo

em vista a importância de um curso *Latu Sensu* com essa temática, tais como: a defesa da saúde como um bem público; o compromisso com a formação para o sistema público de saúde tendo como base a adoção de uma perspectiva pedagógica dialógica e transformadora; o compromisso com os direitos humanos e uma formação ético-política; o compromisso com a responsabilidade sócio ambiental, o cuidado com o ambiente e a humanidade; a valorização da dimensão do cuidado; o estabelecimento de uma nova práxis (reflexão crítica da teoria-prática-política) que valorize o compartilhamento de conhecimentos e saberes; a valorização do trabalho em equipe multiprofissional e interdisciplinar; valorização do território como espaço de produção de conhecimento implicado com os territórios/usuários/ trabalhadores/gestão; a participação social como princípio formativo; a avaliação como parte da própria ação educativa e como ferramenta de apoio para a qualificação da prática.

Diante de levantamentos realizados pela Escola Tocantinense do SUS – ETSUS e a Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas junto à Rede de Escolas sobre o perfil dos profissionais de saúde e as necessidades do SUS, foi realizada a proposta do Curso de Especialização como uma das estratégias, para fortalecer a educação permanente em saúde e assim contribuir para reflexão sobre o atual modelo de atenção praticado por muitos dos profissionais que encontram-se na rede de saúde do SUS em Palmas e no Tocantins.

A oferta do curso, com metodologias ativas de ensino-aprendizagem, privilegiará uma formação associada à prática e à discussão profissional, de forma que as discussões e a produção do conhecimento permitam as idas e vindas de um processo dialético, onde o trabalho, com princípio educativo, tomará a sua forma mais concreta.

Nas várias fases da construção de um curso, seja no seu planejamento ou na certificação final, identificam-se ganhos no aprendizado de todos os lados envolvidos, e os avanços que forem conquistados.

A consolidação da parceria entre a Universidade Federal do Tocantins, a Fundação Oswaldo Cruz, a Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins e a Secretaria Municipal de Saúde de Palmas, com a finalidade de promover o Curso de Especialização em Saúde Pública, dá continuidade ao compromisso institucional de apoiar o recém-criado Estado do Tocantins.

Há expectativas dos profissionais de saúde do Estado do Tocantins e das Instituições parceiras quanto ao oferecimento de novas turmas do curso, perpetuando sua oferta. Sugere-se um estudo sobre tal viabilidade, que satisfaça as necessidades locais, os interesses acadêmicos e institucionais, na manutenção desta parceria e de compromissos anteriormente assumidos com a qualidade de vida da população do Estado do Tocantins, o que também vai ao encontro dos objetivos do Ministério da Saúde.

Dessa forma, espera-se com o curso contribuir com as propostas das Escolas de Saúde Pública de Palmas e do Tocantins e UFT, bem como com as expectativas dos profissionais de saúde, no que diz respeito à qualificação profissional visando formar egressos capazes de: compreender a saúde em suas múltiplas dimensões, reconhecendo as especificidades loco regionais e determinantes sociais; compreender a relação da saúde e ambiente, e atuar de forma crítica sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento; Protagonizar, mediar, criar e liderar mudanças nos processos de trabalho dentro dos serviços de saúde e nos processos de gestão e na estruturação das Redes de Atenção à Saúde (nos processos do cuidado); Contribuir para a Gestão de Pessoas: escutar, expor-se, negociar e gerir grupos; além de fomentar o contexto de trabalho como espaço de ensino e aprendizagem de forma permanente.

7. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO.

7.1. Processos de seleção:

Os processos seletivos dar-se-ão por meio de publicação de Editais, específicos para as seleções de discentes, docentes tutores e tutores especialistas, publicados pela Secretaria Estadual de Saúde/ Superintendência de Educação na Saúde e Regulação do Trabalho.

DISCENTES:

Requisitos:

- Servidores públicos, federais, estaduais e ou municipais efetivos ou em estágio probatório, do quadro da Saúde, em atuação no Estado do Tocantins, lotados nos Serviços de Saúde, Hospitais Públicos do Tocantins, Unidades Básicas de Saúde, Técnicos lotados na Área de Gestão da Saúde ou Secretarias Municipais de Saúde do Estado do Tocantins e, Servidores da UFT.
- O candidato que concorrer à vaga deve cumprir o que determina a Portaria SESAU N° 635 de 07 de agosto de 2012, constante no Diário Oficial N ° 3.701 de 27 de agosto de 2012, onde prevê-se que alunos desistentes do curso devem ressarcir os cofres públicos no caso de abandono do curso, como prevê o Artigo 25 desta portaria.
- Não estar participando de outro curso de média duração e/ou longa duração, conforme Artigo 5º, § 3º da PORTARIA/SESAU N° 635 publicada em 27 de agosto de 2012 no DOE.
- Atender às exigências e ser selecionado em Edital específico da SES-

TO/SGPES.

DOCENTES TUTORES:

Requisitos:

- Ser profissional de nível superior da área da saúde com titulação mínima de **MESTRE**, com diploma reconhecido pelos Órgãos competentes;
- Ser Servidor Público Municipal, Estadual e/ou Federal, preferencialmente, docente da Universidade Federal do Tocantins (reserva de dois terços das vagas, conforme Resolução CONSEPE 24/2011), servidor efetivo da Secretaria Municipal da Saúde de Palmas, Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins e estar em pleno exercício da sua função durante o período de convocação;
- Ter disponibilidade de 40 horas mensais para as atividades do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* de Especialização em Saúde Pública;
- Apresentar declaração de vínculo, carga horária, ciência e concordância da chefia imediata que dispõe de carga horária mínima exigida para dedicação às atividades do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* de Especialização em Saúde Pública.

Os docentes tutores são todos mestres, já foram selecionados **no EDITAL/SES/SGPES Nº 36, DE 21 JULHO DE 2016 e permanecerão atuando nessa nova oferta de turma.**

Docentes tutores e links dos Currículos Lattes:

Docente Tutor	Link do Currículo
Liana Barcelar Evangelista Guimarães	http://lattes.cnpq.br/3653057761574841
George Bernardo Sousa Miranda	http://lattes.cnpq.br/0110858538100510
Nadja de Oliveira Figueiredo de Sousa	http://lattes.cnpq.br/3333074894043067

DOCENTES ESPECIALISTAS:

Os docentes especialistas ainda não podem ter seus nomes elencados, e nem seus currículos lattes anexados, porque ainda serão selecionados, por meio de edital específico da SES-TO/SGPES.

Requisitos:

- Poderão inscrever-se no Processo Seletivo servidores públicos federais, estaduais ou municipais, preferencialmente, docente da Universidade Federal do Tocantins (reserva de dois terços das vagas, conforme Resolução CONSEPE 24/2011).

- Os candidatos deverão possuir graduação em quaisquer áreas do conhecimento e a seguinte formação mínima: Especialização em Saúde Pública e/ou Saúde Coletiva, e/ou Saúde da Família, e/ou Vigilância em Saúde, e/ou Gestão da Clínica, e/ou Especialização em Linhas do Cuidado em Enfermagem (Saúde Materna, Neonatal e Lactente; Doenças Crônicas não Transmissíveis; Urgência e Emergência), entre outras que estejam em consonância com as diretrizes do SUS e que atendam à estrutura curricular do curso.

- Atender às exigências e ser selecionado em Edital específico da SES-TO/SGPES.

7.3. Matrícula

Requisitos: Documentação pessoal e de matrícula, conforme Edital de Resultado Final da Seleção Discente.

Local: Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde Dr. Gismar Gomes (ETSUS), situada na Quadra 606 Sul, APM- 07, Alameda Portinari, CEP: 77.022-062, Palmas – TO.

Período: 27/05/2019 e 28/05/2019

Horário: das 8h às 12h e das 14h às 18h.

7.4. Cronograma de Realização das Atividades

Proposta de cronograma de desenvolvimento das atividades

Tipo de atividade	Mês do Ano de 2019/2020													Total
	05	06	07	08	09	10	11	12	01	02	03	04	05	
Presencial	40h	30h		30h	35h	20h	20h			30h	30h	30h		265h
Atividades dispersão	8h	10h	10h	8h	12h	8h	10h	08h	10h	8h	10h	8h		110h
Seminários								30h	15h				30h	75h
TOTAL	48h	40h	10h	38h	47h	28h	30h	38h	25h	38h	40h	38h	30h	450h

Unidades de aprendizagem/Núcleos Temáticos		Mês														
		M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M		
Estado, Saúde e Sociedade	Estado, Políticas Sociais e SUS	X														
	Saúde como produção social	X														
	Saúde e ambientes	X														
	Promoção da Saúde e Saúde Pública - Bases Conceituais		X													
Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social	Determinantes Sociais da Saúde e Equidade		X													
	Reorientação das Práticas em saúde			X												
	Desenvolvimento Social			X												
Modelos, Ações e Práticas em Saúde	Modelos de Atenção à Saúde						X									
	Redes de Atenção à Saúde						X									
	Vigilância em Saúde						X									
	Participação, Controle Social e cidadania	Controle social no SUS							X							
		Poder e Conhecimento							X							

Organização e gestão de sistemas e serviços de saúde	Cooperação e Articulação								X					
	Território e Participação Social								X					
	Planejamento em saúde: aspectos básico									X				
	Panorama do financiamento da saúde										X			
	Monitoramento e Avaliação em Saúde											X		
	Práticas de Planejamento e a Gestão do SUS											X		
	Gestão do trabalho												X	
Gestão do Trabalho e Educação em Saúde	Relações de Trabalho												X	
	Formação para o SUS													X
	Administração e Gerência em Serviços de Saúde													X
	Integração Ensino-Serviço													X
Metodologia Científica e desenvolvimento de projetos	Metodologia de Pesquisa Científica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produção de conhecimento em saúde*											X		
	Projeto Aplicativo**	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Seminários	Seminário 1					X								
	Seminário 2*											X		
	Seminário 3**													X

Produção de conhecimento em saúde* e Seminário 2*: Momento educativo único sobre o Estado da Arte dos Projetos Aplicativos a fim de socializar o progresso das produções acadêmicas e pontuar avanços necessários.

Projeto Aplicativo** e Seminário 3**: Momento educativo de apresentação final dos Projetos Aplicativos em Banca Avaliadora.

7.5. Período de realização do trabalho de conclusão do Curso/ Monografia:

O trabalho de conclusão de curso será a elaboração de um projeto aplicativo de intervenção, e será desenvolvido ao longo de todo o curso e apresentado, para banca de avaliação, no último mês de curso (Junho de 2020).

Os discentes serão divididos em dois grupos, um que chamamos Tutorial, divididos por diversidade e o grupo de orientação, ou grupo afinidade. A divisão por afinidade dar-se-á, prioritariamente, por objeto/local de trabalho. O Projeto Aplicativo (PA) será realizado por grupo afinidade.

Trata-se de uma atividade coletiva, desenvolvida em **pequeno grupo**, com foco na construção de uma **intervenção na realidade**. O projeto aplicativo é uma produção do tipo pesquisa-ação ou pesquisa participativa, **que envolve todos os participantes de um grupo afinidade** na *seleção, pactuação e caracterização de um problema* para a construção de uma proposta de intervenção.

O PA é considerado um trabalho técnico-científico aplicado, orientado à intervenção numa dada realidade. Visa associar conhecimento e ação para dar respostas técnicas e políticas que visem melhores práticas.

O projeto aplicativo diferencia-se de um projeto de pesquisa ou monografia, uma vez que a pesquisa visa produzir novos conhecimentos para compreender melhor uma dada realidade, já o PA prioriza a sistematização de uma intervenção em uma realidade concreta, por meio de: leitura da realidade, de modo a contemplar a complexidade dos processos sociais envolvidos num determinado fenômeno; identificação de necessidades sociais de saúde; seleção e descrição/explicação do problema priorizado; e planejamento e execução da intervenção, considerando recursos, prazos, orçamento e responsáveis.

8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Coordenadora: Profa. Dra. Renata Junqueira Pereira

Sub-Coordenadora: Profa. M.a. Eryka Nadjá Marques Rufino

Trata-se de organização curricular proposta em Eixos de Saberes, Áreas de Conhecimento e Núcleos Temáticos, devido à oferta do curso ser em metodologias ativas de ensino-aprendizagem.

Distribuição de carga horária e créditos por núcleo temático/área do conhecimento.

EIXO	Área de conhecimento	Núcleo Temático	CH Teórica	CH Prática	CH Teórico-Prática	CH Total	CR
EIXO I	Estado, Saúde e Sociedade	Estado, Políticas Sociais e SUS	40h	5h		45h	3
		Saúde como produção social					
		Saúde e Ambientes					
	Organização e gestão de sistemas e serviços de saúde	Planejamento em Saúde: aspectos básicos	20h	10h		30h	2
		Panorama do Financiamento da Saúde					
		Monitoramento e Avaliação em Saúde	30h	15h		45h	3
		Práticas de Planejamento e a Gestão do SUS					
Modelos, Ações e Práticas em Saúde	Modelo de Atenção a Saúde	30h	15h		45h	3	
	Redes de Atenção a Saúde						
	Vigilância em Saúde						
	Doenças Transmissíveis e Não Transmissíveis	Seminário 1		10h	20h	30h	2
EIXO II	Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social	Promoção da Saúde e Saúde Pública - Bases Conceituais	30h	15h		45h	3
		Determinantes Sociais da Saúde e Equidade					
		Reorientação das Práticas em Saúde	30h	15h		45h	3
		Desenvolvimento Social					
	Participação, Controle Social e cidadania	Controle social no SUS	25h	5h		30h	2
		Poder e Conhecimento					
		Território e Participação Social					
	Gestão do Trabalho e Educação em Saúde	Gestão do trabalho	30h	15h		45h	3
		Relações de Trabalho					
		Formação para o SUS	30h	15h		45h	3
Administração e Gerência em Serviços de Saúde							
Integração Ensino-Serviço							
EIXO III	Metodologia Científica e desenvolvimento de projetos*	Metodologia de Pesquisa Científica			45h**	90h (-45h já contabilizadas)	6
		Seminário 2 - Produção de Conhecimento em Saúde			15h		
		Seminário 3 - Projeto Aplicativo			30h		

OBSERVAÇÕES:

Metodologia Científica e desenvolvimento de projetos*: Toda a carga horária é teórico-prática - Produção do Trabalho de Conclusão de Curso – serão distribuídas em 1h por dispersão e 4h em cada encontro presencial**; Produção de conhecimento em saúde e Seminário 2: Momento educativo único sobre o Estado da Arte dos Projetos Aplicativos a fim de socializar o progresso das produções acadêmicas e pontuar avanços necessários; Projeto Aplicativo e Seminário 3: Momento educativo de apresentação final dos Projetos Aplicativos em Banca Avaliadora.

Os núcleos temáticos referentes a Metodologia Científica e formação didático-pedagógica totalizarão 90 horas.

9. COMPONENTES CURRICULARES

9.1. Ementas, Objetivos, Atividades e Bibliografia

EIXO I

I.1. Estado, Saúde e Sociedade

Objetivo: ao final desta unidade, o discente deverá ser capaz de reconhecer a evolução das políticas públicas de saúde no Brasil e como as demais políticas públicas incidem sobre o SUS; compreender a saúde como produção social e reconhecer a complexa relação de elementos biológicos, subjetivos, sociais, econômicos, ambientais, culturais e geográficos constituintes do território; e identificar território e ambiente para proposição de estratégia de gerenciamento de recursos naturais na produção da saúde.

I.1.1 Estado, Políticas Sociais e Sistema Único de Saúde

Ementa: Conceito de Política Pública. Construção da Política de Saúde no Brasil. Políticas de saúde e a construção do SUS numa perspectiva histórica; Reforma Sanitária; Modelos conceituais em saúde: modelo biomédico, determinação social da doença e promoção da saúde. A organização social e sua influência no processo saúde-doença. Transformações políticas, econômicas, culturais, sociais, demográficas e epidemiológicas ocorridas nos últimos anos; e crescimento econômico e desigualdades sociais, ditadura e democracia restaurada, processo de humanização e êxodo rural, indicadores de desemprego dos trabalhadores no setor formal e informal da economia. Outros tópicos trazidos pelos estudantes.

Atividades:

Varal Histórico – construção de varal com registros da evolução das políticas públicas de saúde. A turma será dividida em 04 grupos, que ficarão responsáveis por cada período histórico, para realização de exposição em varal e apresentação oral. Fechamento com plenária;

Bibliografia:

BAPTISTA, T. W. F., MACHADO, C. V., LIMA, L. D. Responsabilidade do Estado e direito à saúde no Brasil: um balanço da atuação dos Poderes. Artigo apresentado em 17/10/2008. Aprovado em 22/12/2008. Versão final apresentada em 27/01/2009.

Decreto Nº 8.243, de 23 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS. Diário Oficial da União, Brasília – DF, 26 mai. 2014.

I.1.2 Saúde como Produção Social

Ementa: A organização social e sua influência no processo saúde-doença. Conceito ampliado de saúde. Protagonismo, corresponsabilidade e autonomia dos sujeitos e dos coletivos.

Atividades: vídeos, vivências práticas para entender conceito ampliado do processo saúde-doença e participação social (sugestão para atividade de dispersão), produção de resenha (ead), produção de síntese.

Bibliografia:

A.C. Laurell, “Impacto das Políticas Sociais e Econômicas nos Perfis Epidemiológicos”, in R. B. Barata et. al. (orgs.), *Equidade e Saúde: Contribuições da Epidemiologia*, Rio de Janeiro, Fiocruz/Abrasco, 1997.

I.1.3 Saúde e Ambiente

Ementa: Condições de vida, trabalho e ambiente. Saúde, desenvolvimento e sustentabilidade. Riscos ambientais no território – identificação e avaliação. Gerenciamento de resíduos. Legislação ambiental.

Atividades: documentário “*uma verdade inconveniente*”; conhecendo o território (ônibus –eixo norte/sul de Palmas); atividade de educação à distância – produzir mapa falante do território (entrevista, fotografia, mapa, histórico, impactos, comunidade); fórum de discussão com temas atuais relacionados ao impacto ambiental das atividades humanas.

Bibliografia:

BRASIL. *Saúde ambiental: Guia Básico para Construção de Indicadores* / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 124 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) ISBN 978-85-334-1777-9.

CARDIM, G. R. et al. Manual de boas práticas ambientais. Brasília: Senado Federal, 2008.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Vigilância ambiental em saúde. – Brasília: FUNASA, 2002.

I.2. Organização e gestão de sistemas e serviços de saúde

Objetivo: Identificar as formas de planejamento bem como o arcabouço legal e compreender a importância da identificação do modelo de atenção para a organização e planejamento em saúde, financiamento, monitoramento e avaliação.

I.2.1 Conceitos Gerais do Planejamento

Ementa: Resgate histórico do planejamento em saúde. Atores no processo de planejar/papéis. Legislação básica vigente: Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde (COAP), Lei 141 e Decreto 7508. Entender as principais características e diferenças dos métodos normativo e estratégico de planejamento.

Atividades: Situação Problema, usando o instrumento espiral construtivista para construção/reconstrução do conhecimento sobre Planejamento em Saúde. Atividade de dispersão sobre a correlação dos instrumentos de gestão e impacto deles no território.

Bibliografia:

ARTMANN, E., 1993. Planejamento Estratégico Situacional: A Trilogia Matusiana e uma Proposta para o Nível local de Saúde (Uma Abordagem Comunicativa). Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

ARTMANN, E., Azevedo, C.S. & Sá, M.C., 1997. Possibilidades de aplicação do enfoque estratégico de planejamento no nível local de saúde: análise comparada de duas experiências. Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública, 13(4):723-740, out-dez, 1997.

MATUS, C., 1993. Política, Planejamento e Governo. Brasília: IPEA.

MATUS, C., 1994^a . *El PES en la Practica*. Caracas: Fundación ALTADIR. (mimeo)

MATUS, C., 1994^b. *Guia de Análisis Teórico*. Curso de Governo e Planificação. Caracas: Fundación Altadir.

I.2.2 Financiamento em Saúde

Ementa: Distribuição de responsabilidades entre os entes Município, Estado e União, Saúde suplementar e Terceiro Setor. Regionalização. Legislação, gastos em saúde, recursos em saúde, administração de recursos e transparência: papel do controle social/fundo municipal/estadual de saúde. Utilização do sistema de informação de Orçamento Público em Saúde (SIOPS); judicialização da saúde

Atividades: Exercício em Laboratório de Informática: acessar SIOPS e site do TCE para visualizar as informações de municípios e do Estado. Elaboração de sínteses a partir de questões de aprendizagem/vivência

Bibliografia

BRASIL. Ministério da Saúde. *Financiamento público de saúde*/Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde. – Brasília, 2013. 124 p. : il. – (Série Ecos – Economia da Saúde para a Gestão do SUS ; Eixo 1, v. 1)

Conselho Nacional de Secretários de Saúde. *O Financiamento da Saúde* / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília : CONASS, 2011. 124 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 2)

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 446, DE 16 DE MARÇO DE 2004 que Implementa o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS sob a supervisão da Secretaria-Executiva e da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – SCTIE Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão de Investimentos em Saúde Estimativas de impacto da vinculação constitucional de recursos para a saúde : Emenda Constitucional n.º 29/2000 / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão de Investimentos em Saúde; elaboração de Ana Cecília de Sá Campello Favaret...[et al.]. Brasília: Ministério da Saúde, 2001

I.2.3 Monitoramento e Avaliação em Saúde

Ementa: Refletir sobre a importância do monitoramento e avaliação para reflexão-ação criativa do planejamento estratégico situacional para o setor saúde. Conhecer as Pactuações e Indicadores, bem como suas fontes de dados, sistemas de alimentação e instrumentos de gestão que constituem. Promover a reflexão e o alinhamento conceitual sobre monitoramento e avaliação nos processos de trabalho/planejamento em saúde, acessando diferentes abordagens e

métodos, a fim de tornar a avaliação uma prática contínua dos serviços.

Atividades: Participação social (sugestão para atividade de dispersão visita participativa a conselhos locais, municipais e estadual de saúdes e nas áreas de planejamento, monitoramento e avaliação das respectivas secretarias municipais/estadual com instrumento próprio), produção de resenha na plataforma de apoio a atividades de dispersão.

Bibliografia

CARVALHO, A. L.B., SOUZA, M. F., SHIMIZU, H. E, SENRA, E.M.V.B, OLIVEIRA, K.C. *A gestão do SUS e as práticas de monitoramento e avaliação: possibilidades e desafios para a construção de uma agenda estratégica.* Ciência & Saúde Coletiva, 17(4):901-911, 2012

CRUZ, M.M., REIS, A.C. Monitoramento & Avaliação como uma das funções gestoras do Sistema Único de Saúde, Qualificação de Gestores do SUS

EGRY , E. Y., et al. Instrumentos de avaliação de necessidades em saúde aplicáveis na Estratégia de Saúde da Família. Rev Esc Enferm USP 2009; 43(Esp 2):1181-6 . www.ee.usp.br/reeusp/. Recebido: 15/09/2009. Aprovado: 03/11/2009.

FURTADO, J.P. Avaliação de Programas e Serviços; em CAMPOS;G. W. S. e col. Tratado de Saúde Coletiva. p. 715-740. 2ª ed. HUCITEC Editora, 2012.

I.2.4 Práticas de Planejamento e a Gestão do Sistema Único de Saúde

Ementa: Conhecer os Instrumentos de Gestão do Sistema Único de Saúde, bem como processo de elaboração dos mesmos e Sistemas de informação utilizados.

Atividades: Planejamento em saúde para um município fictício Um exercício prático de um município pequeno do Tocantins, que tenha atenção básica, hospital/pronto atendimento e vigilância. Cada grupo ficará com um departamento (vigilância, atenção básica, dant, entre outros), sendo orientado a realizar avaliação dos dados no sistema de informação para realizar o planejamento do departamento proposto. Laboratório de informática: acessar Sistema de Avaliação de Relatórios de Gestão do Sistema Único de Saúde- SARGSUS, Sistema de Pactuação SISPACTO, Departamento de Informação do Sistema Único de Saúde- DATASUS, Site do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins-TCE/TO.

Bibliografia

RIVERA, F. J. U., ARTMANN, E. Planejamento e Gestão em Saúde: flexibilidade metodológica e agir comunicativo. Ciênc. saúde coletiva vol.4 no.2. Rio de Janeiro. 1999.

Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Gestão participativa e cogestão/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. – 1. ed. 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 56 p. : il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: gestão e formação nos processos de trabalho/Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

I.3. Modelos, Ações e Práticas em Saúde

Objetivos: Ao final da unidade o discente deverá ser capaz de identificar os modelos de atenção à saúde, propor estratégias de integração de ações entre vigilâncias e assistência à saúde, reconhecer as redes existentes no Tocantins, compreender o papel dos pontos de atenção das Redes de Atenção em Saúde (RAS).

I.3.1 Atenção em Saúde

Ementa: Conceituação de modelos de atenção, atenção básica e saúde família. Histórico dos modelos de atenção e modelo hierarquizado (Atenção Básica, Média e Alta Complexidade). Contextualização do modelo de atenção no Tocantins.

Atividades: Situação Problema, usando o instrumento espiral construtivista para construção/reconstrução do conhecimento sobre Modelos de Atenção à Saúde.

Bibliografia

MENDES, E. V. As Redes de atenção à saúde. Brasília: OPAS, 2011.

MOROSINI, M. V. G. C. CORBO, A. D. Modelos de atenção e a saúde da família. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

CUNHA, G. T. A construção da clínica ampliada na atenção básica. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2010

TEIXEIRA, C. F. S., VILASBOAS, A. L. Q. Modelos de atenção à saúde no SUS: transformação, mudança ou conservação?, 2º Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão em Saúde Universalidade, Igualdade e Integralidade da Saúde: Um Projeto Possível, Belo Horizonte, 2013

TEIXEIRA, CF., and SOLLA, JP. Modelo de atenção à saúde: vigilância e saúde da família [online]. Salvador: Editora EDUFBA, 2006. 237 p. Saladeaula series, nº3. ISBN 85-232-0400-8. Available from SciELO Books

I.3.2 Redes de Atenção

Ementa: Bases Legais: Decreto 7508/2011, Portaria GM 4279/2010. Conceitos e elementos constitutivos. Fundamentos e atributos das Redes de Atenção em Saúde (RAS). Diretrizes estratégicas das RAS. Cooperação interfederativa e intermunicipal. Cenário das RAS no Tocantins.

Atividades: em grupos, identificar redes de cuidado integrantes da rede do SUS-TO, sinalizando os pontos de atenção, fluxos e setores/atores envolvidos no fazer saúde a partir dessa realidade. Propor soluções para melhoria da atenção ao usuário do SUS-TO a partir dos pontos críticos encontrados.

Bibliografia

BRASIL. Decreto Nº 7508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº—8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

Portaria Nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Portaria Nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). *Diário Oficial* da União nº 189, 2 de out. de 2009.

Ministério da Saúde. Cadernos HumanizaSUS Atenção Básica . Vol. 2. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

Ministério da Saúde. Trabalho e redes de saúde . – 1. ed. 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

Mendes, Eugênio Vilaça As redes de atenção à saúde. / Eugênio Vilaça Mendes. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 549 p.: il.

I.3.3 Vigilância em Saúde

Ementa: Legislação e evolução do conceito de Vigilância em Saúde. Sistema Nacional de Vigilância em Saúde. Vigilância em Saúde no Tocantins. Vigilância Sanitária, Epidemiológica, Ambiental. Processo de trabalho, Atenção Básica e Vigilância em Saúde. Sistemas de Informação em Saúde.

Atividades: Atividade prática integrativa das vigilâncias e assistência (exemplos: zika, beribéri, intoxicação exógena)

Bibliografia

BRASIL. Guia de Vigilância em Saúde/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 812 p. ISBN 978-85-334-2179-0

BRASIL. Manual de gestão da vigilância em saúde/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Diretoria de Apoio à Gestão em Vigilância em Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009. 80 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) ISBN 978-85-334-1617-8

BRASIL. Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN: normas e rotinas/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2006. 80 p. - (Série A. Normas e Manuais Técnicos) ISBN 85-334-1024-7

MONKEN ,M., BARCELLOS, C. Vigilância em saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 21(3):898-906, mai-jun, 2005. Recebido em 06/Mai/2004 . Versão final reapresentada em 25/Ago/2004. Aprovado em 20/Set/2004.

CORRÊA, M. J. M.; PINHEIRO,T. M. M.; MERLO, A. R. C.. Vigilância em Saúde do Trabalhador do Sistema Único de Saúde - Teorias e Práticas. Belo Horizonte: Editora Coopmed. 2012.

COSTA, E. A.. Vigilância sanitária: temas para debate. Salvador: Editora EDUFBA. 2009

PAPINI, S. Vigilância em Saúde Ambiental - Uma Nova Área da Ecologia. 2ª edição Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: Editora Atheneu. 2012.

_____. Portaria Nº 104, de 25 de janeiro de 2011. (DOU nº 18, de 26/01/2011, Seção I, pág. 38). Define as terminologias adotadas em legislação nacional, conforme o disposto no Regulamento Sanitário Internacional 2005 (RSI 2005), a relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória em todo o território nacional e estabelece fluxo, critérios, responsabilidades e atribuições aos profissionais e serviços de saúde.

ROZENFELD, S.. Fundamentos da Vigilância Sanitária. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 7ª edição reimpressão. 2013.

SANTOS, E. M.; CRUZ, M. M.. Avaliação em Saúde. Dos Modelos Teóricos à Prática da Avaliação de Programas de Controle de Processos Endêmicos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2013.

SOUZA, C. M. N.; COSTA, A. M.; MORAES, L. R. S.; FREITAS, C. M.. Saneamento: Promoção da Saúde, Qualidade e Sustentabilidade Ambiental - Col. Temas Em Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2015.

EIXO II

II.1. Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social

Objetivo: Ao final desta unidade, o discente deverá compreender a importância dos determinantes sociais do processo saúde–doença de uma população e na elaboração de estratégias para redução das iniquidades e identificação de oportunidades de superação de problemas, identificar ferramentas e meios de se efetivar a promoção a saúde nos processos de gestão e planejamento em saúde, tendo em vista o território. Apresentar e problematizar a promoção da saúde como modo de repensar práticas em saúde.

II.1.1 Promoção da Saúde e Saúde Pública - Bases Conceituais

Ementa: Promoção da saúde e prevenção de doenças/agravos. Atenção à Saúde, Atenção Básica/Primária e Vigilância à Saúde/em Saúde. Marcos da Promoção da Saúde (cartas e conferências).

Atividades: oficina conceitual, construção de painel de conceitos, leitura de referencial teórico, reconstrução do painel à luz da teoria.

Bibliografia

AITH, F. M. A.. Marcos Legais da Promoção da Saúde no Brasil. Revista de Medicina. São Paulo. 2013.

BRASIL. As Cartas da Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Projeto Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002. ISBN 85-334-0602-9

BRASIL. Política Nacional de Promoção da Saúde /Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010. ISBN 978-85-334-1639-0

TEIXEIRA, CF., and SOLLA, JP. Modelo de atenção à saúde: vigilância e saúde da família. Salvador: Editora EDUFBA, 2006. ISBN 85-232-0400-8.

II.1.2 Determinantes Sociais da Saúde e Equidade

Ementa: Determinantes sociais da saúde, equidade e respeito à diversidade. Território como espaço de produção de saúde. Ambiente e territórios saudáveis. Articulação e cooperação intra e intersetorial.

Atividades: video/situação problema como disparador do debate e elaboração de questão de aprendizagem, produção de síntese.

Bibliografia

FERNANDEZ, J. C. A.. Determinantes culturais da saúde: uma abordagem para a promoção de equidade. São Paulo. Jan./Mar. 2014.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902014000100167

TRAVASSOS, C. **Equidade e o Sistema Único de Saúde: uma contribuição para debate.** Revista Saúde Pública, vol.13, n.2. Rio de Janeiro, 1997.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1997000200024&lng=en&nrm=iso

BUSS, P. M.; FILHO, A. P.. A saúde e seus determinantes sociais. Revista Saúde Coletiva, v.17 n.1. Rio de Janeiro. Jan./abr. 2007.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312007000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

GUIMARÃES, J. G. et al.. Promoção da Saúde: possibilidade de superação das desigualdades sociais. Revista Enfermagem, 16(3):421-5. Rio de Janeiro, 2008. Recebido em:12.09.2007. Aprovado em 20.06.2008. <http://www.facenf.uerj.br/v16n3/v16n3a21.pdf>.

SENA, R. R.; SILVA, K. L.. Políticas e práticas de saúde rumo à equidade. Revista Escola de Enfermagem. USP vol.14. São Paulo, 2007. Recebido: 05/09/2007
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342007000500005

ARIAS, S. A. Recomendaciones para la práctica clínica con enfoque de género. Madrid, 2009.

II.1.3 Reorientação das Práticas em Saúde

Ementa: Educação, participação social e empoderamento. Práticas em promoção – diretrizes da política nacional de promoção da saúde. Comunicação social e mídia como estratégias para reorientação de práticas. Monitoramento e Avaliação com foco na promoção da saúde.

Atividades: pequenos grupos (talvez subdividir os grupos de 10) para que realizem entrevistas com roteiro estruturado. Atividade de dispersão – análise das respostas – avaliação qualitativa e quantitativa. Plataforma moodle – wiky. Sugestão de aula com “especialista” voltado para monitoramento e avaliação em promoção da saúde (sonho Lygia Salazar)

Bibliografia:

CARVALHO, S.R., GASTALDO, D., Promoção à saúde e empoderamento: uma reflexão a partir das perspectivas crítico-social pós-estruturalista, *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(Sup 2):2029-2040, 2008

KLEBA, M.E., WENDAUSEN, A., Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política, *Saúde Soc. São Paulo*, v.18, n.4, p.733-743, 2009

VASCONCELOS, E.M., Educação Popular: de uma Prática Alternativa a uma Estratégia de Gestão Participativa das Políticas de Saúde, *Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 14(1):67- 83, 2004

II.1.4 Desenvolvimento Social

Ementa: Determinantes Sociais da Saúde. Produção e disseminação de conhecimento e saberes. Desenvolvimento sustentável. Produção de saúde e cuidado. Participação e controle social. Exemplo de estratégias – Marco Lógico, Marco de Referência e outras.

Atividades: Situação problema, prática com algumas ferramentas ou pesquisa sobre elas.

Bibliografia:

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros / editores: Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti. – Brasília, 2015. 77 p. : gráfs., mapas color

CDSS-Comissão para os Determinantes Sociais da Saúde. Redução das desigualdades no período de uma geração. Igualdade na saúde através da acção sobre os seus determinantes sociais. Relatório Final da Comissão para os Determinantes Sociais da Saúde. Portugal: Organização Mundial de Saúde; 2010 [acesso em 21 jun 2011]. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/43943/8/9789248563706_por_contents.pdf

Organização Mundial da Saúde. Diminuindo diferenças: a prática das políticas sobre determinantes sociais da saúde: documento de discussão. Rio de Janeiro: OMS; 2011 [acesso em 21 nov 2011]. Disponível em: http://www.who.int/sdhconference/discussion_paper/Discussion_Paper_PT.pdf

World Health Organization. World conference on social determinants of health: meeting report. Rio de Janeiro: WHO; 2011 [acesso em 21 nov 2011]. Disponível em: http://www.who.int/sdhconference/resources/Conference_Report.pdf

Assis AMO, Barreto ML, Santos NS, Oliveira LPM de, Santos SMC dos, Pinheiro SMC. Desigualdade, pobreza e condições de saúde e nutrição na infância no Nordeste brasileiro. Cad Saúde Pública [periódico na internet]. 2007 [acesso em 21 jun 2011];23(10):2337-2350. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n10/09.pdf>

II.2. Participação, Controle Social e Cidadania

Objetivo: O aluno no final da Unidade de Aprendizagem deverá ser capaz de identificar, reconhecer e propor ações visando contemplar dentro de sua práxis as diversidades sociais inclusas em seu território de atuação, reconhecendo o Controle Social no SUS dentro de suas concepções, conferências, avanços e desafios para a gestão do SUS. Refletir sobre as relações entre democracia, participação e representação no âmbito dos conselhos de saúde e os papéis individuais e de representações nos conselhos e instâncias de discussão e controle social no processo de fortalecimento do SUS.

II.2.1 Controle Social no Sistema Único de Saúde – legislação e prática

Ementa: Controle Social e a descentralização das ações do SUS, no controle do cumprimento de seus princípios e na promoção da participação da população na sua gestão. Desempenho das atribuições legais e políticas dos Conselhos de Saúde no que tange a atuação na formulação de estratégias de operacionalização da política de saúde, e no controle social da execução da mesma. Democracia, Participação Social e Representação. Conselhos de Saúde: histórico, leis e conferências de saúde. Funcionamento do Controle Social. Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social no SUS. Trabalho em rede no Controle Social em Saúde. Desenvolvimento de políticas e planos de ação dos Conselhos de Saúde com apoio das esferas do governo. Comunicação e Informação dos Conselhos de Saúde.

Atividades: desenvolvimento será realizado por meio de metodologia ativa, com discussões, rodas de conversa e participação de reuniões de conselhos de saúde.

Bibliografia

MAFORT, Assis (Org.) Curso Nacional de Ativação para o Desenvolvimento da Prática do Controle Social no SUS: Caderno do curso / organizado por Assis Mafort, Marcelo Rasga Moreira e Pablo Dias Fortes. –Rio de Janeiro, ENSP/FIOCRUZ, 2013.

BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 1990.

Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez.1990.

Constituição da República Federativa do Brasil: 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200.

Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Diretrizes nacionais para o processo de educação permanente no controle social do SUS / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006. 40 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Plenárias nacionais de Conselhos de Saúde – Resgate Histórico do Controle Nacional do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º 333, de 4 de novembro de 2003. Aprovar as seguintes diretrizes para criação, reformulação, estruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde. Revogada as Resoluções 33/1992 e a de n.º 319/2002. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 dez. 2003c.

Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Princípios e diretrizes para a gestão do trabalho no SUS (NOB/RH – SUS). 3.ed. rev. atual. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Coletânea de Normas para o Controle Social

no Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. – 2. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2006. 208 p.

Ministério da Saúde. Para entender o controle social na saúde / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 178 p.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 11., 2000, Brasília. 11.^a Conferência Nacional de Saúde, Brasília 15 a 19 de dezembro de 2000: efetivando o SUS: acesso, qualidade e humanização na atenção à saúde com controle social: relatório final. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 198p. (Série Histórica do CNS; n. 2) – (Série D. Reuniões e Conferências; n. 16).

12. 2003, Brasília. 12.^a Conferência Nacional de Saúde, Brasília 7 a 11 de dezembro de 2003: Saúde: um direito de todos e dever do Estado – a saúde que temos, o SUS que queremos: relatório final. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

ROLIM, L. B; CRUZ, R. S. B. L. C.; SAMPAIO, K. J. A. J. Participação popular e o controle social como diretriz do SUS: uma revisão narrativa. Saúde em Debate. Rio de Janeiro, v. 37, n. 96, p. 139-147, jan./mar. 2013.

BRASIL, Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde e Comissão Intergestora Tripartite, Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, 2^a Ed., 2007. Brasília. Disponível em< http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_direito_usuarios_2ed2007.pdf>

II.2.2 Poder e Conhecimento

Ementa: Democracia, Participação Social e Representação. Conselhos de Saúde. Papel direitos e deveres dos atores nas instâncias de controle social.

Atividades: Situação problema/elaboração de síntese e júri simulado.

Bibliografia

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder, 1977

A Ordem do Discurso, 1970

II.2.3 Território e Participação Social

Ementa: Cooperação e articulação. Diversidade social e econômica no âmbito da autoestima social positiva e dos potenciais atores que podem dar suporte às práticas de saúde.

Atividades: Mapa falante do território (Construção coletiva)

Bibliografia

BRASIL, Ministério da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz; *Território e o Processo Saúde-Doença*, col. “Educação Profissional e Docência na Saúde: a formação e o trabalho do Agente Comunitário de Saúde

MONKEN, M.; BARCELLOS, C.; *Vigilância em saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas*, Cad. Saúde Pública vol.21 no.3 Rio de Janeiro May/June 2005

MONKEN, M et al. *O território na saúde: construindo referências para análises em saúde e ambiente*; disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/ArtCient/21.pdf>

Pereira, M. P. B., Barcellos, C. *O território no programa de saúde da família. Hygeia*, Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, 2(2):47-55, jun 2006.

SANTOS, M. **O espaço dividido**, Livraria Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1978.

Território e Sociedade. Entrevista. Entrevistado por Odette Seabra, Mônica de Carvalho, José Corrêa Leite. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2000 (2ª edição: 2000).

II.3. **Gestão do Trabalho e Educação na Saúde**

Objetivo: Ao final desta unidade, o discente deverá: reconhecer os elementos da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, Política Nacional de Humanização e Saúde do Trabalhador da Saúde; distinguir os aspectos conceituais de educação permanente em saúde e educação continuada; identificar o ambiente do trabalho como campo do ensinar e aprender significativamente; conhecer as diferentes formas de gestão de pessoas.

II.3.1 Gestão do trabalho

Ementa: Evolução dos modelos de gestão de pessoas. Gestão estratégica de pessoas, conceitos e

aplicações. Gestão por competências. Relação entre ações de RH e estratégia organizacional na saúde. Comunicação e informação, aprendizagem organizacional. Concepções de trabalho em saúde. Gestão participativa e co-gestão. Administração e Gerência em Serviços de Saúde.

Atividades: oficinas de co-gestão; rodas de conversas com análise de cenários;

Bibliografia

ARAÚJO, Luis César G. de Araújo. *Gestão de Pessoas: Estratégias e Integração Organizacional*. São Paulo: Atlas, 2006.

BOOG, Gustavo (coord.) e BOOG, Madalena. *Manual de Gestão de Pessoas e Equipes*. São Paulo: Gente, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão de Pessoas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

CUNHA, Pina Manuel e; REGO, Arménio; CUNHA Rita Campos e; CARDOSO, Carlos Cabral. *Manual de Gestão de Pessoas e do Capital Humano*. Editora RH, 1ª edição, 2008.

DUTRA, J. *Gestão de pessoas*. Editora Atlas, 2006.

Portaria nº 1.996/GM/MS, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 ago. 2007.

Conselho Nacional de Saúde. *Princípios e diretrizes para a gestão do trabalho no SUS (NOB/RH-SUS)*. 3.ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005.

Conselho Nacional de Saúde. *3ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde: trabalhadores de saúde e a saúde de todos os brasileiros: práticas de trabalho, gestão, formação e participação*. Base. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde, 2005.

II.3.2 Relações de Trabalho

Ementa: Relações de Trabalho: abordagem histórica no Brasil. Formas tradicionais e atípicas de trabalho. Sindicalismo brasileiro. As relações de trabalho e suas implicações na gestão de pessoas. Poder e conflito: as reclamações individuais, os dissídios coletivos, as greves; formas de mediação de conflito; processos de trabalho em saúde, e saúde baseada em evidências. Noções gerais sobre Legislação e Normatização. Legislação Previdenciária; Legislação aplicada à segurança do trabalho. Saúde do trabalhador/ambiência; assédio moral e sexual no serviço público; Ética e governança.

Atividades: Exposição dialogada, análise de cenário, Situação problema, rodas de conversa, leitura e discussões em grupo.

Bibliografia

ALKIMIN, Maria Aparecida. Assédio moral na relação de trabalho. 2. ed. rev. atual. Curitiba: Juruá, 2008.

ALMEIDA, Lucilde D'Ajuda Lyra. A negociação coletiva como instrumento de harmonização das relações de trabalho. Revista Síntese Trabalhista, Porto Alegre, n. 187, jan/2005.

BARCELLOS, Ana Paula de. A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde. Programa Nacional de Desprecarização do Trabalho no SUS: Desprecariza SUS: perguntas & respostas: Comitê Nacional Interinstitucional de Desprecarização do trabalho no SUS. Brasília: Ministério da Saúde; 2006.

CABANELLAS, Gustavo; RUSSOMANO, Mozart Victor. Conflitos coletivos de trabalho. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979.

COSTA MS. O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. Rev Bras Ciências Sociais 2005.

MACHADO MH. Trabalhadores da saúde e sua trajetória na reforma sanitária. In: Lima NT et al. Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2005.

MINARDI, Fabio Freitas. Meio ambiente do trabalho: Proteção jurídica à saúde mental. Curitiba: Juruá, 2010.

RIGOTTO, R. M., & Rocha, L. E. (1993). Como conduzir-se diante dos agravos à saúde dos trabalhadores? In J. T. P. Buschinelli, L. E. Rocha & R. M. Rigotto (Eds.), Isto é trabalho de gente? – Vida, doença e trabalho no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes.

ROCHA, L. E., & Nunes, E. D. (1994). Os primórdios da industrialização e a reação dos trabalhadores: Pré-30. In J. T. P. Buschinelli, L. E. Rocha & R. M. Rigotto (Eds.), Isto é trabalho de gente? – Vida, doença e trabalho no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes.

SALES, Lília Maia de Moraes. *Justiça e Mediação de Conflitos*. Belo Horizonte: Del Rey. 2004.

SAMPAIO, Lia Regina Castaldie BRAGA NETO, Adolfo. O que é Mediação de Conflitos. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós- modernidade*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SIX, Jean François. *Dinâmica da mediação*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SPIES, André Luis. As ações que envolvem o exercício do direito de greve: primeiras impressões da Emenda Constitucional nº 45/04. Revista TST, Brasília, v.71, n. 1, jan/abr 2005.

VASQUES-MENEZES, I. (2004). Por onde passa a categoria trabalho na prática terapêutica? In W. Codo (Ed.), O trabalho enlouquece? – Um encontro entre a clínica e o trabalho (pp. 23-32). Petrópolis, RJ: Vozes.

VIANA, Márcio Túlio. A nova competência da Justiça do Trabalho no contexto da reforma sindical. Revista TST, Brasília, v.71, n. 1, jan/abr 2005.

VIDAL NETO, Pedro. Do poder normativo da Justiça do Trabalho. São Paulo: LTr, 1983.

II.3.3 Formação para o Sistema Único de Saúde

Ementa: Formação para o SUS – necessidades, possibilidades e expectativas; teorias e perspectivas da educação na saúde. Educação em saúde e o Sistema Único de Saúde. Educação na saúde e a promoção da saúde; Conhecer e compreender as bases conceituais e metodológicas de avaliação de necessidades em saúde/território. A Educação Permanente como processo – identificação de necessidades de construção de aprendizagem em serviço; Educação Popular com vistas ao protagonismo social; Comunicação e Informação; Sistema de Informação em Saúde como subsídio na identificação dos problemas de saúde do território; Humanização em saúde; A educação na saúde com foco na Regionalização; Integração Ensino-Serviço-Comunidade; Estratégias de educação na saúde; vivencia de técnicas para educação na saúde.

Atividades: Rodas de conversa, grupos focais, vivências.

Bibliografia

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. BRASIL. Ministério da Saúde.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria N° 278, de 27 de Fevereiro de 2014, Ministério da Saúde, Gabinete do Ministro, Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria N° 1996, de 20 de Agosto de 2007, Ministério da Saúde, Gabinete do Ministro, Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BERBEL, N. A. N. A problematização baseada em problemas: são diferentes termos ou diferentes caminhos? Interface Comunicação, Saúde e Educação, Botucatu, n.2, fev. 1998.

BERTANI, I. et al. Aprendendo a construir saúde: desafios na implantação da política de educação permanente em saúde. Franca: Ed. Unesp/FHDSS, 2008.

CECCIM, R. B. Educação Permanente em Saúde: descentralização e disseminação de capacidade pedagógica na saúde. Ciência & Saúde Coletiva, 2005.

CECCIM, R. B. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. Interface – Comunic, Saúde, Educ, v.9, n.16, set.2004/fev.2005.

CECILIO, L.C.O. O “trabalhador moral” na saúde: reflexões sobre um conceito. Interface – Comunic, Saúde, Educ, v.11, n.22, mai/ago 2007.

CODO, W., SAMPAIO, J. & HITOMI, A. Indivíduo, trabalho e sofrimento. Petrópolis: Vozes, 2ª edição, 1994. FRANCO, T.B. & MERHY, E. E. Trabalho em Saúde. EPJV / FIOCRUZ. Novembro de 2005.

Educação Permanente em Saúde: um movimento instituinte de novas práticas no Ministério da Saúde : Agenda 2014 / Ministério da Saúde, Secretaria - Executiva, Subsecretaria de Assuntos Administrativos. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014.

FERRAZ, F. Educação Permanente/Continuada no Trabalho: um direito e uma necessidade para o desenvolvimento pessoal, profissional e institucional, 2005.

Política de Saúde no Brasil. In: MOTA, A. E. et al. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS: OMS: Ministério da Saúde, 2006.

II.3.4 Administração e Gerência em Serviços de Saúde

Ementa: Organizações dos serviços de saúde como sistemas interdependentes de complexidade crescente; Eficácia das organizações de saúde; relações entre pessoas, tecnologias, recursos e administração; desempenho gerencial na qualidade dos serviços de saúde.

Atividades: Exposição dialogada, situações vivenciais, rodas de conversa, leitura e discussões em grupo.

Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Competência para o trabalho em uma Unidade Básica de Saúde sob a Estratégia de Saúde da Família: médico e enfermeiro. Brasília, 2000.

CHIAVENATO, I. Administração: Teoria, Processo e Prática, São Paulo, McGraw-Hill, 1985.

CHIAVENATTO, I. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Sistema Único de Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2011. 291 (Coleção para Entender a Gestão do SUS 2011,1).

EVANS, John. Medición y Gestión de los Servicios Médicos y Sanitarios. New York, Fundación Rockefeller, 1982.

HAMPTON, D. R. Administração Contemporânea: Teoria, prática e casos. São Paulo, McGraw-Hill, 1980.

JUNQUEIRA, Luciano A. P. Organização e Prestação Pública dos Serviços de Saúde. Cadernos Fundap, São Paulo, 7 (13): 52-56, abril 1987.

JUNQUEIRA, L. A. P. Gerência dos Serviços de Saúde. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, set. 1990.

MERHY, E. E. Em busca da qualidade dos serviços de saúde. In: CECÍLIO, L. C. O. (Org.) Inventando a mudança na saúde. São Paulo: Hucitec, 1994.

STARFIELD, B. Qualidade dos serviços de atenção primária de saúde. In: _____. Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologias. Brasília: UNESCO. (Ministério da Saúde do Brasil, 2004.)

II.3.5 Integração Ensino-Serviço

Ementa: O desenvolvimento de atividades de ensino-aprendizagem e formação no âmbito do SUS deve ser desenvolvido com o intuito de potencializar o atendimento prestado pelos profissionais de saúde à população, por meio do comprometimento das instituições de ensino, programas de residência em saúde e gestões municipais e estaduais de saúde. Avaliar as práticas pedagógicas e ética profissional para alcançar a integração ensino-serviço. Formação de profissionais de saúde para o SUS. Integração Ensino-Serviço: Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES); metodologias ativas, avanços e desafios. Política Nacional de Educação Permanente de Saúde. Educação Continuada. Estágios de saúde e Internato Rural. Ética profissional e de pesquisa.

Atividades: O desenvolvimento será realizado por meio de metodologia ativa, com discussões, rodas de conversa e participação de reuniões de conselhos de saúde.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, V.S., et al. "A integração ensino-serviço no contexto dos processos de mudança na formação superior dos profissionais da saúde." *Rev bras educ méd.*, 2008, v. 32, n. 3, p. 356-62.

BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 1990.*

Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º 196, de 10 de outubro de 1996. Aprova as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas envolvendo Seres Humanos. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 out. 1996.*

Portaria n.º 1.996/GM/MS, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 ago. 2007.*

Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação em Saúde. *Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 64 p*

Lei n.º 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis n.º 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e n.º 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 out. 2013.*

Portaria Interministerial n.º 10/MEC/MS, de 20 de agosto de 2014, que institui a Comissão Executiva dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde e o Comitê Nacional dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 ago. 2014.*

Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Assuntos Administrativos. *Educação Permanente em Saúde: um movimento instituinte de novas práticas no Ministério da Saúde:*

Agenda 2014. ed., 1.– Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 120 p.

Portaria Interministerial nº 285/MS/MEC, de 24 de março de 2015, que redefine o Programa de Certificação de Hospitais de Ensino (HE). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 mar. 2015.

Portaria Interministerial Nº 1.124, de 4 de agosto de 2015. Institui as diretrizes para a celebração dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES), para o fortalecimento da integração entre ensino, serviços e comunidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04 ago. 2015.

CECCIM, R.B.; FEUERWERKER, L.C.M. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. Physis, 2004, v. 14, n. 1, p. 41-65.

Educação permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. Interface -Comunic, Saúde, Educ, 2005, v.9, n.16, p.161-77.

CAVALHEIRO, M.T.P.; GUIMARÃES, A.L. Formação para o SUS e os desafios da integração ensino serviço. Caderno FNEPAS, 2011, v. 1, n. 1, p. 1-9.

LA CONTRIBUCIÓN, DE LA ARTICULACIÓN ENSEÑANZA; LA, Y. SERVICIO PARA. A contribuição da articulação ensino-serviço para a construção da vigilância da saúde: a perspectiva dos docentes. Rev latino-am enfermagem, 2009, v. 17, n. 2, p..

MITRE, S.M., et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. Ciênc saúde coletiva, 2008, v. 13, n. 2, p. 2133-44.

PIZZINATOIII, A. et al. A integração ensino-serviço como estratégia na formação profissional para o SUS. Revista Brasileira de Educação Médica, 2012, v. 36, n. 1 Supl 2, p. 170-177.

ROSSONI, E.; LAMPERT, J. Formação de profissionais para o Sistema Único de Saúde e a6ns Diretrizes Curriculares. Boletim de Saúde, 2004, v. 18, n. 1, p.87-98.

EIXO III

III.1. Metodologia Científica e Desenvolvimento de Projetos

Objetivo: Ao final deste curso, o discente deverá entender o que é Metodologia de Pesquisa Científica, o método Pesquisa-Ação e um Projeto Aplicativo. Deverá desenvolver, ao longo do curso, a competência de elaboração de Projeto Aplicativo, em resposta a alguma necessidade de sua realidade profissional, bem como apresentá-lo na forma de banner, em banca avaliadora como Trabalho de Conclusão de Curso.

III.1.1 Metodologia de Pesquisa Científica

Ementa: Conceito de Conhecimento e de Metodologia de Pesquisa Científica; Conhecimento geral a respeito de Métodos de Pesquisa, com ênfase em Pesquisa-Ação/Pesquisa Participativa; Compreensão do Roteiro de elaboração de Projeto Aplicativo; Acesso a ferramenta eletrônica de apresentação: Banner.

Atividades:

1. Aula expositiva participativa a respeito de: Conceito de Conhecimento e de Metodologia de Pesquisa Científica; Conhecimento geral a respeito de Métodos de pesquisa, com ênfase em Pesquisa-Ação;
2. Roda de conversa a respeito do Roteiro de elaboração de Projeto Aplicativo para esclarecimentos de dúvidas;
3. Laboratório de Informática: simular o preenchimento de banner de apresentação. Fazer o preenchimento do Estado da Arte para Seminário 2, bem como o preenchimento da versão final para Seminário 3;
4. Desenvolvimento/Elaboração de Projeto Aplicativo: realizado de forma coletiva em pequenos grupos com a finalidade de intervir/transformar a realidade através do aprendizado durante o curso com a intenção de melhorar os processos de trabalho em Saúde.

Bibliografia:

BARROWS, H. S. Problem-based learning applied to medical education. Springfield, III: Southern Illinois University School of Medicine, 2000.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 3ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

SÁ-CHAVES, I. Portfólios Reflexivos: estratégia de formação e de supervisão. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2000. (Cadernos didacticos. Série Sup. 1)

III.1.2 Seminário 2 - Produção de Conhecimento em Saúde

Ementa: Apresentação de todos os discentes de banner com o Estado da Arte (o que já está construído) do Projeto Aplicativo, seguida de feedback do orientador e demais docentes, norteando correções e melhorias na etapa de conclusão do trabalho de conclusão de curso.

Atividades: exposição dialogada

Bibliografia: específica da pesquisa de cada discente.

III.1.3 Seminário 3 - Projeto Aplicativo

Ementa: Realização de Banca Avaliadora dos Projetos Aplicativos, onde cada pequeno grupo de discentes fará exposição de banner e os orientadores e demais avaliadores emitirão opiniões, orientações e juízo de valor relativos à proposta, enquanto Trabalho de Conclusão de Curso.

Atividades: exposição dialogada com arguição.

Bibliografia: específica da pesquisa de cada discente.

9.2. Frequência e Aproveitamento Exigidos

Será exigida a frequência mínima de 75% às atividades desenvolvidas em cada núcleo temático e nos encontros presenciais.

Será exigido aproveitamento **SATISFATÓRIO** dentre as atividades que forem desenvolvidas em cada núcleo temático. Caso atinja o conceito **INSATISFATÓRIO** em qualquer das atividades, o discente terá oportunidades de recuperação paralela.

9.3. Metodologias de Avaliação

O processo de avaliação será formativo priorizando o raciocínio, a capacidade de análise e síntese e de solucionar problemas, baseado em situações reais. Serão avaliadas as competências cognitivas, habilidades e atitudes. Dentre os métodos de avaliação deverão ser utilizados: portfólio reflexivo, júri simulado, situação problema, estudo de caso ou Mini-CEX (Mini Clinical Evaluation Exercise).

A escolha do método, dentre os descritos acima, dependerá do desenvolvimento da turma e da afinidade do docente.

Quadro Demonstrativo Resumo do Curso, constando Unidades de Aprendizagem, Objetivos e Núcleos Temáticos.

Unidades de Aprendizagem	Núcleos Temáticos
<p>Estado, Saúde e Sociedade</p> <p>Ao final desta unidade, o discente deverá ser capaz de reconhecer a evolução das políticas públicas de saúde no Brasil e como as demais políticas públicas incidem sobre o SUS; compreender a saúde como produção social e reconhecer a complexa relação de elementos biológicos, subjetivos, sociais, econômicos, ambientais, culturais e geográficos constituintes do território; e identificar território e ambiente para proposição de estratégia de gerenciamento de recursos naturais na produção da saúde.</p>	<p>Estado, Políticas Sociais e SUS - Conceito de Política Pública; Construção da Política de Saúde no Brasil; Políticas de saúde e a construção do SUS numa perspectiva histórica; Reforma Sanitária; Modelos conceituais em saúde: modelo biomédico, determinação social da doença e promoção da saúde. A organização social e sua influência no processo saúde-doença;</p> <p>Transformações políticas, econômicas, culturais, sociais, demográficas e epidemiológicas ocorridas nos últimos anos; e crescimento econômico e desigualdades sociais, ditadura e democracia restaurada, processo de humanização e êxodo rural, indicadores de desemprego dos trabalhadores no setor formal e informal da economia;</p> <p>Outros tópicos trazidos pelos estudantes.</p> <hr/> <p>Saúde como produção social: A organização social e sua influência no processo saúde-doença; Conceito ampliado de saúde; Protagonismo, corresponsabilidade e autonomia dos sujeitos e dos coletivos.</p> <hr/> <p>Saúde e ambientes: Condições de vida, trabalho e ambiente; Saúde, desenvolvimento e sustentabilidade; Riscos ambientais no território – identificação e avaliação; Gerenciamento de resíduos; Legislação ambiental.</p>
<p>Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social</p> <p>Ao final desta unidade, o discente deverá compreender a importância dos determinantes sociais do processo saúde-doença de uma população e na elaboração de estratégias para redução das iniquidades e identificação de oportunidades de superação de problemas, identificar ferramentas e</p>	<p>Promoção da Saúde e Saúde Pública - Bases Conceituais: Promoção da saúde e prevenção de doenças/agravos; Atenção à Saúde, Atenção Básica/Primária e Vigilância à Saúde/em Saúde; Marcos da Promoção da Saúde (cartas e conferências).</p> <hr/> <p>Determinantes Sociais da Saúde e Equidade: Determinantes Sociais da Saúde, equidade e respeito à diversidade; Território como espaço de produção de saúde; Ambiente e territórios Saudáveis; Articulação e cooperação intra e intersetorial.</p> <hr/> <p>Reorientação das Práticas em saúde: Educação, participação social e empoderamento; Práticas em promoção – diretrizes da política nacional de promoção da saúde;</p>

Unidades de Aprendizagem	Núcleos Temáticos
<p>meios de se efetivar a promoção a saúde nos processos de gestão e planejamento em saúde, tendo em vista o território Apresentar e problematizar a promoção da saúde como modo de repensar práticas em saúde.</p>	<p>Comunicação social e mídia como estratégias para reorientação de práticas; Monitoramento e Avaliação com foco na promoção da saúde.</p> <p>Desenvolvimento Social: Determinantes Sociais da Saúde; Produção e disseminação de conhecimento e saberes; Desenvolvimento sustentável; Produção de saúde e cuidado; Participação e controle social.</p>
<p>Modelos, Ações e Práticas em Saúde</p> <p>Ao final da unidade o discente deverá ser capaz de identificar os modelos de atenção à saúde, propor estratégias de integração de ações entre vigilâncias e assistência à saúde, reconhecer as Redes de Atenção à Saúde (RAS) existentes no Tocantins, compreender o papel dos pontos de atenção das RAS.</p>	<p>Modelos de Atenção à Saúde: Conceituação de modelos de atenção, atenção básica e saúde família Modelo piramidal (Atenção Básica, Média e Alta Complexidade), contextualização do modelo de atenção no Tocantins.</p> <p>Redes de Atenção à Saúde: Bases Legais: Decreto n. 7508/2011, Portaria GM n. 4279/2010; Conceitos e elementos constitutivos; Fundamentos e atributos das RAS; Diretrizes estratégicas das RAS; Cooperação interfederativa e intermunicipal; Cenário das RAS no Tocantins.</p> <p>Vigilância em Saúde: Legislação e evolução do conceito de Vigilância em Saúde; Sistema Nacional de Vigilância em Saúde; Vigilância em Saúde no Tocantins; Vigilância Sanitária, Epidemiológica, Ambiental; Processo de trabalho, Atenção Básica e Vigilância em Saúde; Sistemas de Informação em Saúde.</p>
<p>Participação, Controle Social e Cidadania</p> <p>O aluno no final da Unidade de Aprendizagem deverá ser capaz de identificar, reconhecer e propor ações visando contemplar dentro de sua práxis as diversidades sociais inclusas em seu território de atuação, reconhecendo o Controle Social no SUS dentro de</p>	<p>Controle Social no SUS: Controle Social e a descentralização das ações do SUS, no controle do cumprimento de seus princípios e na promoção da participação da população na sua gestão. Desempenho das atribuições legais e políticas dos Conselhos de Saúde no que tange a atuação na formulação de estratégias de operacionalização da política de saúde, e no controle social da execução da mesma; Democracia, Participação Social e Representação; Conselhos de Saúde: histórico, arcabouço legal e conferências de saúde; Funcionamento do Controle Social; Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social no SUS;</p>

Unidades de Aprendizagem	Núcleos Temáticos
<p>suas concepções, conferências, avanços e desafios para a gestão do SUS. Refletir sobre as relações entre democracia, participação e representação no âmbito dos Conselhos de Saúde e os papéis individuais e de representações nos Conselhos e instâncias de discussão e Controle Social no processo de fortalecimento do SUS.</p>	<p>Trabalho em rede no Controle Social em Saúde; Desenvolvimento de políticas e planos de ação dos Conselhos de Saúde com apoio das esferas do governo; Comunicação e Informação dos Conselhos de Saúde.</p> <p>Poder e Conhecimento: Democracia, Participação Social e Representação; Conselhos de Saúde; Papel direitos e deveres dos atores nas instâncias de controle social.</p> <p>Integração Ensino-Serviço: O desenvolvimento de atividades de ensino-aprendizagem e formação no âmbito do SUS deve ser desenvolvido com o intuito de potencializar o atendimento prestado pelos profissionais de saúde à população, por meio do comprometimento das instituições de ensino, programas de residência em saúde e gestões municipais e estaduais de saúde. Avaliar as práticas pedagógicas e ética profissional para alcançar a integração ensino-serviço; Formação de profissionais de saúde para o SUS; Integração Ensino-Serviço: Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES), avanços e desafios; Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Educação Continuada. Estágios de saúde e Internato Rural. Ética profissional e de pesquisa. Metodologias ativas.</p> <p>Território e Participação Social: Cooperação e Articulação; Diversidade social e econômica no âmbito da autoestima social positiva e dos potenciais atores que podem dar suporte às práticas de saúde.</p>
<p>Organização e gestão de sistemas Ao final desta unidade, o discente deverá identificar as formas de planejamento bem como o arcabouço legal e compreender a importância da identificação do modelo de atenção para a organização e planejamento em saúde, financiamento, monitoramento e avaliação</p>	<p>Planejamento em saúde: aspectos básicos: Resgate histórico do planejamento em saúde; Atores no processo de planejar/papeis; Arcabouço legal; Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde (COAP); Modelo de atenção e o planejamento em Saúde; Entender as principais características e diferenças dos métodos normativos e estratégicos de planejamento.</p> <p>Panorama do financiamento da saúde: Distribuição de responsabilidades entre os entes Município, Estado e União, Saúde Suplementar e Terceiro Setor. Regionalização. Blocos de financiamento. Utilização dos sistemas de informação / SIOP. Transferência, visibilidade,</p>

Unidades de Aprendizagem	Núcleos Temáticos
dos serviços de saúde.	<p>fiscalização, avaliação e controle.</p> <p>Monitoramento e Avaliação em Saúde: Refletir sobre a importância do monitoramento e avaliação para reflexão-ação criativa do Planejamento Estratégico Situacional para o setor saúde. Pactuações e Indicadores e suas fontes de dados; Desafios da incorporação do monitoramento e avaliação nos processos de trabalho/planejamento em saúde. Tornar avaliação uma prática contínua dos serviços.</p> <p>Práticas de Planejamento e a Gestão do SUS: Usos e instrumentos de gestão; Sistemas de informação utilizados no Planejamento; Prática de Planejamento em Saúde.</p>
<p>Gestão do Trabalho e Educação em Saúde</p> <p>Ao final desta unidade, o discente deverá: reconhecer os elementos da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, Política Nacional de Humanização e Saúde do Trabalhador da Saúde; distinguir os aspectos conceituais de educação permanente em saúde e educação continuada; identificar o ambiente do trabalho como campo do ensinar e aprender significativamente; conhecer as diferentes formas de gestão de pessoas.</p>	<p>Gestão do trabalho: Evolução dos modelos de gestão de pessoas. Gestão estratégica de pessoas, conceitos e aplicações. Gestão por competências. Relação entre ações de RH e estratégia organizacional na saúde. Comunicação e informação, aprendizagem organizacional. Concepções de trabalho em saúde; gestão participativa e co-gestão; Administração e Gerência em Serviços de Saúde.</p> <p>Relações de Trabalho: Relações de Trabalho: abordagem histórica no Brasil. Formas tradicionais e atípicas de trabalho. Sindicalismo brasileiro. As relações de trabalho e suas implicações na gestão de pessoas. Poder e conflito: as reclamações individuais, os dissídios coletivos, as greves; formas de mediação de conflito; processos de trabalho em saúde, e saúde baseada em evidências. Noções gerais sobre Legislação e Normatização. Legislação Previdenciária. Legislação aplicada à segurança do trabalho. Saúde do trabalhador/ambiência; assédio moral e sexual no serviço público; Ética e governança.</p> <p>Formação para o SUS: Formação para o SUS – necessidades, possibilidades e expectativas; teorias e perspectivas da educação na saúde. Educação em saúde e o SUS. Educação na saúde e a promoção da saúde; Conhecer e compreender as bases conceituais e metodológicas de avaliação de necessidades em saúde/território. A Educação Permanente como processo – identificação de necessidades de construção de aprendizagem em serviço; Educação Popular com vistas ao protagonismo social; Comunicação e Informação; Sistema de Informação em Saúde como subsídio na identificação dos problemas de saúde do</p>

Unidades de Aprendizagem	Núcleos Temáticos
	território; Humanização em saúde; A educação na saúde com foco na Regionalização; Integração Ensino-Serviço-Comunidade; Estratégias de educação na saúde; vivência de técnicas para educação na saúde.

10. PLANO FINANCEIRO

DETALHAMENTO FINANCEIRO					FONTE DO RECURSO: 248	
CURSO: ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM SAÚDE PÚBLICA					QUANTIDADE DE TURMAS: 01	
META FÍSICA: 40 Profissionais Capacitados			CARGA HORÁRIA: 450 horas			
Objeto do Gasto - Tipo de despesa	DETALHAMENTO	PREVISÃO		VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DISCRIMINADO	VALOR TOTAL POR OBJETO DO GASTO
		DESCRIÇÃO	QUANTIDADE REFERENTE À DESCRIÇÃO			
Serviços de Terceiros Pessoa Física	Hora – Aula Docente Especialista	10 docentes x 20h/a x R\$ 100,00	200 h/a	R\$ 100,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
	Facilitador em Metodologias Ativas de Ensino-aprendizagem	1 facilitador x 8h/a x 11 meses x R\$100,00	88 h/a	R\$ 100,00	R\$ 8.800,00	R\$ 8.800,00
	Facilitador em Metodologia Científica	1 facilitador x 8h/a x 11 meses x R\$100,00	88 h/a	R\$ 100,00	R\$ 8.800,00	R\$ 8.800,00
	Diárias Colaboradores	4 docentes x R\$ 235,50 x 4 diárias x 2 encontros	32 diárias	R\$ 235,50	R\$ 7.536,00	R\$ 7.536,00
	Passagem aérea	Três idas e três retornos	8 trechos	R\$ 1.029,88	R\$ 8.239,04	R\$ 8.239,04
FIOTEC	Pagamento Bolsas de Tutor Docente	10 bolsas X R\$ 1.300,00 x 3 tutores	30 bolsas	R\$ 1.300,00	R\$39.000,00	R\$39.000,00
	Material de Escritório	Material de consumo			R\$ 2.318,00	R\$ 2.318,00
UFT (Propesq)	Pagamento de Bolsa coordenador /UFT	Bolsa x R\$ 1.000,00 x 01 coordenador	12 bolsas	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00
VALOR TOTAL						R\$ 106.693,04

11. CONTRAPARTIDA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

O Campus Universitário de Palmas sediará os encontros presenciais, ofertando salas de aula e laboratórios de informática, por uma semana, a cada mês; garantindo acesso dos discentes à biblioteca do Campus e desconto para utilizarem o Restaurante Universitário.

A UFT certificará o curso, matriculando regularmente os discentes.

A UFT também fornecerá o recurso para pagamento da bolsa de seu coordenador, a Profa. Renata Junqueira Pereira, membro do NEST/UFT, proponente deste curso.

12. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina/Curso de Medicina.** Faculdade de Medicina de Marília: Marília, São Paulo, 2014. 46 f.

LALUNA, M. C. M. C.; ROSA, R. S. L. Metodologia ativa de ensino aprendizagem: uma contribuição à formação crítico-reflexiva. In: CONGRESSO NACIONAL DA REDE UNIDA, 6., 2005. Belo Horizonte: Rede Unida, 2005.

RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.